



PÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba

ATA DA REUNIÃO ENTRE CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, na Sala dos Conselhos da Secretaria Municipal de Educação, ocorreu a reunião Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e Secretário Municipal de Educação para tratar as seguintes pautas: Atrasos na disponibilização das documentações de prestação de contas dos recursos do FUNDEB, PNATE, QSE e CONTRAPARTIDA referente ao ano de dois mil e vinte e quatro e ausência de respostas em relação aos questionamentos realizados pelo Conselho sobre a prestação de contas do ano de dois mil e vinte e três; Atrasos no pagamento dos servidores da Educação que foram contratados através do processo seletivo realizado pela Secretaria Municipal de Educação no ano de dois mil e vinte e cinco. Fizeram-se presentes na reunião os senhores conselheiros Lázaro Guedes, Leonilde dos Santos Brandão, Odeilma Ferreira Lima, Maria Antônia Cardoso Coelho, Celi Garcia Paz, Raimunda Cruz Monteiro, Patrick Pinto de Souza, José de Ribamar Batista de Oliveira, Waleyson Marcelo Farias da Silva, Lúcia Helena Machado da Silva e contou com a presença também do Secretário Municipal de Educação Sr. Amilton Teixeira Pinho. A presidente Leonilde Brandão fez a abertura da reunião agradecendo a presença de todos e, em seguida, passou a palavra para o Secretário de Educação para que o mesmo discorresse a respeito das pautas. O Secretário de Educação iniciou sua fala citando o primeiro ponto de pauta "atrasos na disponibilização das documentações de prestação de contas dos recursos do FUNDEB, PNATE, QSE e CONTRAPARTIDA referente ao ano de dois mil e vinte e quatro" e disse que os atrasos ocorreram devido ao afastamento de pessoas que trabalhavam na contabilidade no período eleitoral, mas que uma nova diretora assumiu a Contabilidade e uma das recomendações é justamente a agilidade na disponibilização da prestação de contas, e que o mesmo está buscando sanar esses atrasos. Agradeceu a disponibilidade do Conselho em realizar essa cobrança e falou que o tribunal de contas já analisou a prestação de contas digitalmente, mas ainda não finalizou, pois estão aguardando o parecer do

Amilton
Leonilde
Raimunda
Odeilma
Waleyson
Patrick
Jose
Lucia

Conselho. O conselheiro Lázaro Guedes disse que a explicação vem esclarecer algumas situações, mas que seria necessário verificar maneiras de responsabilizar a Contabilidade, por se tratar de um serviço tão necessário para que a educação ande, visto que esses atrasos podem travar os recursos e ocasionar problemas para o município. O mesmo pediu que seja feita uma solicitação para contabilidade para que esses atrasos não aconteçam mais. O Secretário agradeceu a sugestão do conselheiro e disse que já cobra como secretário e com a cobrança do Conselho a responsável pela Contabilidade irá dar ainda mais atenção ao cumprimento de prazos nas prestações de contas. A conselheira Raimunda Monteiro disse que é interessante a fala do conselheiro Lázaro justamente para que quaisquer consequências não venham incorrer em culpa do conselho, pois se o Conselho envia um documento solicitando o cumprimento dos prazos, o Conselho estará gerando um respaldo para comprovar de quem de fato é a culpa e para que o conselho não esteja sempre correndo atrás e fazendo as coisas atrasado. Em seguida, o Secretário discorreu sobre o segundo ponto de pauta: ausência de respostas sobre os questionamentos realizados durante análise da prestação de contas do ano de dois mil e vinte e três, onde o mesmo disse no que se refere as ausências de assinaturas, ele acredita que já foram todas sanadas. No que se refere as datas dos pagamentos, o mesmo disse que o pregão eletrônico permite que empresas de todo o país concorram no processo e quando empresas de outras cidades ganham a licitação, ocorre demora nas entregas dos produtos, por isso, muitas vezes valores empenhados que ficam de um ano para outro, ficam em restos a pagar. A conselheira Raimunda Monteiro disse que dentre as observações está a compra de materiais que não são mais utilizados nas escolas como papel carbono, purpurina, glíter e uma das justificativas é que esse material foi utilizado no desfile da semana da pátria, mas que essas compras são corriqueiras e aparecem o tempo todo, e mesma disse que até CD aparece na compra e que a mesma gostaria de saber onde esses materiais são utilizados. O Secretário disse que a SEMED tem dois computadores que ainda usa CD, sendo um o dele mesmo, mas que é pouco. Agora, papel carbono, ele irá verificar e também os demais materiais se foram solicitados pela equipe de ornamentação. A conselheira Lúcia Helena disse que essas são justificativas injustificáveis, pois quem trabalha nas escolas sabe que esses materiais não são mais utilizados, é usado EVA com glíter, mas glíter não, a mesma coisa dos CDs, do papel carbono,

Onilda
Raimunda Monteiro
Lúcia Helena
Lázaro Guedes

mesmo que na SEMED tenha dois computadores que utilizam, isso não justifica estarem, constantemente, aparecendo nas notas. Disse ainda que o Secretário veio à reunião com justificativas, mas não trouxe consigo nenhum documento que respaldem essas justificativas. O Secretário disse que é preciso verificar a situação, pois se diminuiu o uso desses produtos, eles não deveriam nem aparecer nos termos de referência e se comprometeu a rever todos os termos de referência para verificar os itens com pouco uso ou que não se utilizam mais para fazer essa atualização. Passando para o próximo ponto de pauta: atrasos nos pagamentos dos servidores da educação, o Secretário disse que são somente três cargos que estão em atraso em função do projeto de lei que foi protocolado no Poder Legislativo, o projeto foi protocolado dia dezoito e após o protocolo, já aconteceram três sessões e o projeto ainda não foi colocado em pauta. São sessenta e dois mediadores, onze merendeiras e vinte e dois auxiliares de serviços gerais, totalizando noventa e cinco servidores sem receber. Nos casos de merendeiras e auxiliares de serviços gerais há vagas sobrando nos cargos de nível fundamental, mas esses profissionais se qualificaram e este ano entraram nos cargos de nível médio, já os sessenta e dois mediadores se deu em virtude na necessidade devido ao aumento diário de crianças com laudo e na última informação repassada ao Legislativo, faziam-se necessários cento e dezessete mediadores para sanar a necessidade do momento. A conselheira Lúcia Helena disse que há outras situações: tem uma lei que ampara essa contratação de mediadores temporários e já ano passando a SEMED enfrentou esse problema porque a lei determinava uma quantidade e a SEMED precisava de mais, que foi feito aditivos para mais contratação, e esse ano, não foi feito esse processo? Essa é uma pergunta, a outra pergunta é: não foi seguido portaria de lotação? O Secretário respondeu que sim, foi seguido. A conselheira Lúcia Helena continuou dizendo que nas escolas, nas unidades de ensino, lá na portaria de lotação determina o quantitativo de servidores para aquela unidade de ensino, o que que a gente percebe, que algumas unidades têm servidores excedentes e citou a Escola Presidente Castelo Branco que tem três vigias e um desses vigias é lotado apenas para o dia, ele passou por um processo de enfermidade e foi lotado um porteiro e hoje tem um vigia e um porteiro. O Secretário perguntou para a conselheira se ela achava que não era necessário e a mesma respondeu que não, porque o vigia está lá trabalhando. A conselheira Celi Garcia disse que, realmente, o vigia da escola estava doente e foi colocado o porteiro lá e

Driuser
 Janyrha S.
 Rosamirha S.
 Odalva
 Salema
 CUT



negociado com ele que quando fosse necessário, ele seria colocado em outro local. A conselheira Lúcia Helena perguntou se isso não fere a portaria de lotação em relação a legalidade, porque se o Secretário for prestar contas disso, esses pormenores não serão explicados. Outras escolas, que aí fica a critério da Secretaria de Educação verificar, professores de AEE, tem uma portaria de lotação que rege, mas que não está sendo seguida, isso é só para que a SEMED tome ciência e tome providência, pois portaria de lotação não sendo cumprida gera essas situações de excedência de servidor. Então, o controle social precisa estar atento a isso, porque é o dinheiro do reajuste, porque a data base era fevereiro, está se estendendo, já estamos na metade de abril, hoje que vai sair a proposta que não sabe nem se vai ser aprovada ainda para esse mês, tudo bem que o prefeito vai pagar retroativo é obrigação dele, mas de quantas vezes vai ser esse retroativo? A classe já é desvalorizada, olha a nossa perda salarial. Tem uma servidora na escola que está tirando a licença da outra merendeira, ela já está lá há três meses e há três meses que ela não recebe o que era para estar recebendo, a escola já oficializou duas vezes não somente esse caso, mas carga horária de professor, então é RH que precisa estar atento a estas normatizações, a mesma disse que entende que isso não é papel do Secretário, por isso existe diretorias, por isso existe coordenações, mas todos têm que ter esta mesma linguagem porque se eu respondo por uma coordenação, eu delego funções e não tenho a capacidade de estar vistoriando, de estar acompanhando, então tem alguma coisa errada aí, vamos colocar pessoas competentes, porque é a vida do servidor, a gente passa o mês todinho trabalhando contando que vai receber lá no final do mês o nosso salário para pagar as contas, para pagar aluguel, pagar alimento, dois meses trabalhando sem receber é complicado a gente estar justificando. O conselheiro Lázaro Guedes disse que concorda com a conselheira Lúcia Helena e citou o exemplo de uma servidora da escola em que o mesmo trabalha que também ficou dois meses sem receber e reforçou a fala da conselheira. Disse ainda, que sabe que o governo fez trocas de várias situações que o mesmo acredita que foi para melhora, mas que essa melhora ainda não surtiu efeito. O Secretário disse que a falha existiu e que, inclusive chamou essas pessoas no auditório e assumiu a falha, mas que não falhou sozinho, aconteceu junto com pessoas que trabalham com ele, disse que acompanhou até a terceira convocação e depois se afastou e depois com mais três convocações excedeu o número de vagas. Aconteceu primeiro com mediador, onde começaram a chegar

Orion
Rozenninho S.
Odaira
Salema



vários pedidos e o atendimento desses pedidos ultrapassou o número de vagas, já com merendeiras e ASGs, havia vagas, mas não foi observado a escolaridade, isso aconteceu lá na comissão, não houve participação do RH nesse momento, a atribuição do RH naquele momento era de organizar a documentação e encaminhar, realizar a lotação, hoje já passou sim a ser erro do RH algumas situações, mas houve sim o erro, já foi admitido publicamente, mas é necessário também encontrar uma solução e essa solução será anunciada hoje junto com o reajuste. Quando a Lúcia fala de lotação, o Secretário discordou porque nenhum dos exemplos citados foi em relação aos três cargos em questão, o porteiro que está na escola porque o vigia adoeceu, o Secretário disse ser a favor do porteiro na escola por ser uma escola que atende nos três turnos, e citou outras escolas grandes como exemplo. A conselheira Lúcia Helena perguntou se dessa forma não estaria ferindo o PCCR. O Secretário respondeu que não, por se tratar de cargos distintos. A conselheira Lúcia Helena perguntou se não estaria ferindo a portaria de lotação. O Secretário respondeu que não, porque a portaria especifica dois cargos e onde se aplica. O conselheiro Lázaro Guedes disse que antigamente até poderia se ferir a portaria, mas hoje se tem uma demanda atípica na escola que é uma demanda crescente de alunos com necessidades especiais e o porteiro é uma ajuda que vem fortalecer a escola nesse momento. A conselheira Lúcia Helena reforçou que são dois servidores fazendo a mesma função ao mesmo tempo, a mesma citou o exemplo de uma professora que está tendo urticária devido ao nível de estresse, pois a mediadora foi embora e a professora está sozinha na sala de aula e o caso dela, quem está olhando? A mesma disse que enquanto Conselho, está tentando ajudar e citou a fala de uma professora sobre os erros cometidos: "faltou competência, ninguém é insubstituível" e continuou dizendo que nesses cargos, quando se trata da vida do outro é preciso ser técnico, a pessoa já está há seis meses no cargo e os mesmos problemas se repetindo, medidas precisam ser tomadas, justificativas são nobres, mas após a tomada de consciência é preciso tomar medidas que realmente resolvam a situação. O Secretário respondeu que se tivesse encontrado a falha em uma pessoa, já teria tomado providência, mas foi uma sequência de falhas e uma delas foi no RH central, que disse que só teria "x" vagas e que não poderia contratar ninguém além disso, mas quando o prefeito começou a questionar a procuradoria sobre isso e eles foram verificar e questionar baseado em que lei estava essa informação, o RH não soube

Lucia Helena
Yamini
Roberto
Odair
Lázaro

responder. No dia de ontem o procurador mandou um expediente para o RH para que fizessem uma exposição de motivos que justificaria eles não ter incluído esse pessoal no pagamento e eles, simplesmente, colocaram que não existia lei, que foi um entendimento deles e que sempre foi assim e deveria continuar assim. Então, o procurador fez um parecer autorizando o pagamento dos servidores, independentemente de aprovação ou não. No entendimento da procuradoria, o que não pode é oferecer vaga para carreira para um cargo que não tem assento, mas contrato temporário em virtude da necessidade do suprimento da demanda, o parecer é favorável e no dia que a câmara decidir aprovar, esses cargos serão acrescentados para efeito de carreira. Não havendo mais nada a registrar, a reunião encerrou às dez horas. Esta ata foi lavrada por Daniele Cristina Rodrigues Arouche que, após lida e aprovada, segue assinada por todos os presentes.

Leonides dos Santos Brandão
Raimunda Cruz Monteiro
José de Ribamar B de Oliveira
Rozeninho Saw Mundereke
Odaisa do Nascimento Silva
Wagner Marcelo E Silva
Cláudio Ferreira Silva
Lúcia Garcia Paz
Luzia Silva